



O LIBERTADOR ESTÁ VIVO: USO E REINVENÇÃO DO MITO BOLIVARIANO NO GOVERNO DE HUGO CHÁVEZ.

Fábio Teixeira Oliver
Mestrando em História – UFES

RESUMO: O presente artigo busca discutir o uso das referências a Simón Bolívar nos discursos do ex-presidente venezuelano Hugo Chávez. Defende-se aqui que Chávez seguiu a tradição política local, ao se valer das representações do Libertador na busca por respaldo e adesão política, mas inovou incorporando ao discurso oficial a imagem de um Bolívar revolucionário, justificador de um embate nacional entre povo x oligarquia. Pretende-se, neste artigo, identificar, através da análise dos discursos chavistas, de que forma foi feita essa apropriação do principal herói nacional por Chávez e sua equipe de governo.

Palavras-chave: Mito Político; Simón Bolívar; Hugo Chávez.

ABSTRACT: This work search to discuss the use of references to Simón Bolívar in the speeches of former Venezuelan President Hugo Chavez. Defending here that Chavez followed the tradition of local political, to use the representations of the Liberator as seeking political support and membership, but innovated by incorporating in the official discourse the image of a revolutionary Bolivar, justifier of a national struggle between people and oligarchy. It's intended in this article to identify, by analyzing the Chávez's speech, how this appropriation, of the main national hero, was made by Chavez and his government.

Keywords: Political Myth; Simón Bolívar; Hugo Chávez.

Introdução

A velha e tradicional História Política, restringida por muito tempo aos grandes feitos (como guerras e revoluções), aos personagens individuais e geralmente atrelada a uma visão reducionista de poder, sofreu alterações significativas no decorrer do século XX, principalmente a partir de sua segunda metade. Embora relegada por algum tempo, em especial devido ao esgotamento de suas abordagens superadas, a História Política passou por uma renovação substancial e adentrou o século XXI como um campo mais amplo e rico. Parte desse ressurgimento se deve à incorporação de novos objetos, métodos e conceitos, pelo diálogo com outras áreas de conhecimento e, sobretudo, por uma nova visão sobre a própria ideia do que seria o político.

Acerca dessa renovação, o historiador Pierre Rosanvallon defende que o objeto político contemporâneo deve ser entendido como tudo que fornece sentido a um determinado grupo e contribui para criar um sentimento de pertencimento entre seus habitantes. Ou seja: o político qualifica o processo pelo qual um agrupamento humano adquire as características de uma comunidade.

Em sua proposta de uma história filosófica do político, o autor defende que o objetivo desse novo enfoque é justamente ampliar o raio de análise para todos os aspectos responsáveis pela construção de uma determinada ordem e coesão social. O político, portanto, não deve ser enxergado como um campo restrito, à parte dos demais. Ele dialoga, e está implícito, com todo o sistema de representação que estabelece a ordem e o modo como as partes se relacionam em determinada comunidade. Sobre tal ampliação, o mesmo autor afirma que:

Devemos, de fato, nos mover na direção de uma história política total a fim de construir o sentido do político em toda sua complexidade. Hoje são muitas as vias pelas quais a história se renova... Nesse sentido, a história do político pode extrair conhecimentos da história cultural, da história social; da clássica história das instituições políticas e da história das ideias (ROSANVALLON, 2010, p. 47).

O historiador francês René Rémond também defende a flexibilidade do político, afirmando que a política se relaciona com todos os segmentos da configuração social - ora determinando, ora sendo determinada. Trata-se de um campo abstrato, assim como o econômico ou o social, que adquire concretude no cotidiano das

relações, sendo o ponto para onde confluem todos os componentes da trama social. (RÉMOND, 1996, p. 444).

Nessa renovação da História Política, destaca-se a contribuição da Nova História Cultural no sentido de oferecer elementos que até então estavam à margem das análises políticas: as representações sociais, os imaginários, as memórias coletivas, as mentalidades e o papel essencial dos mitos. A importância da abordagem dos mitos para a compreensão de determinados arranjos políticos justifica-se uma vez que a apropriação de personagens idealizados é uma estratégia utilizada à exaustão como forma de respaldo e adesão por diferentes líderes.

Na visão do historiador Raoul Girardet, a força motriz inerente aos mitos reside em sua capacidade de englobar - a ponto de misturarem-se quase de forma indissolúvel - traços de realidade e fantasia. Em sua análise sobre a influência do mito em torno dos Salvadores (como Napoleão, Charles de Gaulle e Philippe Pétain) no imaginário francês, o autor alerta para a difícil missão de se distinguir, em tais processos de heroização, os elementos fictícios dos históricos e, dessa forma, identificar suas parcelas de espontaneidade e de construção intencional (GIRARDET, 1987, p. 72).

Nesse sentido, os mitos possuem uma grande função justificadora, à qual comumente recorrem “os guardiões da tradição e os detentores/beneficiários da autoridade” (BALANDIER, 1976, p. 203). Além disso, tais construções apresentam intensa maleabilidade, podendo transitar entre tendências distintas e adequando-se ao momento histórico pertinente (GIRARDET, 1987, p. 12). Suas apropriações e seus usos, contudo, ocorrem com maior força em momentos de crise, já que auxiliam a restabelecer a confiança em um futuro incerto – como se dotados de um poder sobrenatural, ao qual os indivíduos se apegam por um novo começo (CASSIRER, 1992, p. 351).

E foi justamente em um contexto de tensão política que se pôde observar o ressurgimento de um dos mitos mais influentes na história contemporânea da América Latina: o de Simón Bolívar. Apropriado por Hugo Chávez no contexto de sua Revolução Bolivariana, o Libertador das Américas surge como pilar fundamental em uma proposta de governo que se auto-designa como revolucionário, pregando um modelo político-econômico totalmente diverso de seus antecessores.

O papel do mito bolivariano na história política venezuelana

A adoração em torno de Simón Bolívar sempre foi um ponto de importância crucial nas sociedades latino-americanas, em especial na Venezuela. O líder militar que comandou as lutas de independência contra o colonizador europeu foi alçado ao posto de principal herói e símbolo nacional. Seu nome passou a designar ruas e praças, seus retratos e estátuas se disseminaram por toda a Venezuela e, dessa forma, as homenagens ao Libertador seguem atravessando os séculos.

Sua figura, além de ter papel de destaques no panteão de heróis locais, foi essencial na construção da identidade nacional venezuelana. Segundo o historiador Germán Carrera Damas, o culto a Bolívar surge como um fator de unidade e comoção entre a população, já que cabia a eles fazer valer o empenho de Bolívar pela libertação do país. Tal como se o Libertador houvesse lançado as sementes de uma pátria livre, e coubesse ao povo se unir e empenhar-se para que os frutos de tal processo pudessem ser colhidos, como afirmou também Blanco-Fombona:

O Libertador passou pela dor profunda, que o levou ao sepulcro, de ver os ideais de toda sua vida desconhecidos e caluniados. Viu triunfarem os medíocres e os traidores. Viu paróquias levantarem-se contra ele e se imporem homúnculos e pátrias minúsculas. [...] O seu drama foi um dos mais tristes que a história conhece! Foi um grande homem sem grande povo (BLANCO-FOMBONA, 1944, p. 153 - 154).

Essa veneração intensa fez com que o Libertador se tornasse mais do que um símbolo da nova nação venezuelana. Bolívar foi essencial na construção de uma cultura identitária nacional na recém emancipada Venezuela, já que, o país passou no pós-independência por um intenso conflito interno (a Guerra Federal se estendeu de 1859 a 1863). No entanto, para além da importância enquanto símbolo nacional, Bolívar passou por um processo de canonização perante a população, tornando-se uma espécie de santidade aos olhos da comunidade. Sua adoração adquiriu proporções míticas e a população, em especial os camponeses, construiu representações do general como um indivíduo dotado de poderes sobrenaturais, ao qual dirigiam suas orações e suplicavam por suas bênçãos (CARRERA-DAMAS, 1973, p. 231).

Com poder indiscutível junto à população venezuelana, a principal discussão em torno do mito bolivariano diz respeito às suas origens. Enquanto uma corrente

considera esse processo de mitificação como algo espontâneo, que surgiu inserido no imaginário popular, há uma tendência diversa que defende um empenho da elite *criolla*, da qual o próprio Bolívar fazia parte, em construir os símbolos e valores da recém formada nação, fazendo do Libertador a marca maior da identidade emergente (FREDRIGO, 2010).

Contudo, não se descarta que ambas as interpretações, na verdade, se complementem. Afinal, todo o empenho em construir uma imagem de herói para Simón Bolívar não deve ter sido tramado sem a observância do poder que a figura do Libertador exercia perante as camadas populares. Sobre tal discussão, parece pertinente a visão de Arenas e Calcaño, os quais sugerem que:

El culto bolivariano no solo tiene sus cauces en las formas y necesidades de la política institucionalizada. El mismo está presente también – y sin duda alimentado y reforzado por aquella dimensión – en las manifestaciones populares. Es aquí donde encuentra sus expresiones más espontáneas de religiosidad. Carrera Damas ha advertido que la imagen de Bolívar goza, junto a de los santos, de la veneración de los campesinos para quienes “no se trata de un superficial acatamiento de consignas oficiales fetichistas, sino de “una verdadera compenetración emocionada” con la persona y la gesta del Libertador. (ARENAS E CALCAÑO, 2004, p. 171).

Para além da discussão sobre suas origens, o fato concreto e inegável é que a apropriação e o uso do mito bolivariano tornaram-se prática recorrente na esfera de poder oficial da Venezuela. Pouco depois da morte de Bolívar, seu poder simbólico já era invocado em um momento no qual a Venezuela era assolada pelo término de uma Guerra Federal, marcada pela oposição entre os independentistas e os adeptos da Coroa Espanhola. Findado o conflito, houve a necessidade latente de se empreender a unificação nacional. Nesse ensejo, o Estado venezuelano se empenha na caracterização de Bolívar como sendo o “Pai da Pátria”. Recorrendo a tal figura, tão cultuada pela grande massa, o Estado nascente encontrou uma estratégia pertinente para incorporar a parte da população que ainda não se sentia parte de tal comunidade.

Desde então, Bolívar se fez presente em praticamente todos os governos venezuelanos. Apesar de algumas diferenças específicas, suas referências foram geralmente utilizadas no discurso oficial no sentido de construir um personagem em torno do qual a população deveria se unir, configurando um forte elemento de integração nacional. Nesse sentido, fomentou-se o mito agregador, um ponto de

coesão no qual os venezuelanos deveriam superar as diferenças e caminhar rumo a uma nação unida. Foi assim na época em que caudilhos ameaçavam o poder central, durante as inúmeras ditaduras que vigoraram no país ou mesmo durante o período democrático.

A tendência unificadora atribuída a Bolívar pelos governos venezuelanos veio geralmente acompanhada de outras duas invariáveis: seu caráter conservador e sua legitimidade quase incontestável. Conservador porque geralmente foi vinculado à manutenção do *status quo*, como símbolo do poder estabelecido. E incontestável porque sua simbologia na maioria das vezes não necessitava - ou ao menos não era acompanhada - de maiores justificativas. Assim, o Bolívar incorporado pelo Estado, apesar de sua força junto à população, funcionou muito mais como um símbolo fossilizado do poder central do que um tema sobre o qual houvesse uma discussão política. Enquanto existem registros que, durante a Guerra Federal, Bolívar foi apropriado pelas camadas populares para reivindicar seus direitos, o personagem institucionalizado pelo Estado parecia estar acima das questões sociais.

Essa construção passou a ser contestada a partir de 1960, quando a esquerda venezuelana propôs uma nova abordagem do Libertador defendendo a ideia de um Bolívar revolucionário, mesclando suas ideias com elementos do socialismo soviético. Tal tendência ganhou força especialmente com a publicação do manifesto *Marxismo-leninismo-bolivariano*, escrito por Pedro Duno em 1969, o qual defendia que, decorrente de sua proposta eurocêntrica, o marxismo ortodoxo não se adequaria à realidade latino-americana, e, portanto, era essencial que o mesmo fosse enriquecido pelos ideais de teóricos políticos mais próximos da realidade local (UCHOA, 2005, p. 166).

É dentro de tal cenário de revalorização das ideias do Libertador, que inclusive tiveram influência em alguns grupos das Forças Armadas, que começam a surgir os primeiros grupos rebeldes que tramavam contra o modelo de governo neoliberal da época. Tal contexto, somado a uma crise política e econômica que se agravou no governo de Andrés Perez (1989 - 1993), ofereceu o terreno ideal para que tais alianças ganhassem força. Surge então o MRB-200, grupo composto por civis e militares que empreendeu uma tentativa de golpe em 1992, sob o comando do tenente coronel Hugo Chávez.

O golpe não obtém êxito, no entanto a figura do líder do movimento ganha notoriedade em toda a Venezuela, sobretudo entre as camadas populares. Com seu grupo auto-designado de bolivariano, Chávez se apresenta como alguém que pretendia se valer das ideias do Libertador para inaugurar um novo sistema de governo, pautado em medidas inclusivas e redistributivas. Candidato a presidência em 1998, Chávez vence as eleições e assume o poder pregando a necessidade de um processo revolucionário que modificasse essencialmente o modelo político-econômico vigente, intitulado seu governo de “Revolução Bolivariana”.

Chávez, portanto, emerge ao poder mantendo a prática de utilização do simbolismo referente à Simón Bolívar, talvez dando uma ênfase maior do que qualquer um de seus antecessores. O termo “bolivariano” torna-se uma constante no cenário político nacional, extrapolando inclusive os limites da Venezuela. Mesmo nos dias atuais é interessante observar como tal adjetivo está presente nas discussões políticas, sendo utilizado na maior parte das vezes para caracterizar tendências de esquerda.

A forma como Chávez reconstrói a figura do Libertador, no entanto, apresenta uma diferença essencial em relação aos governos anteriores: o caráter revolucionário atribuído a Bolívar. Enquanto a maioria dos ex-presidentes utilizou o herói nacional como símbolo da coesão nacional, Chávez defendeu um resgate prático de seus ideais, defendendo que o legado político do Libertador serviria de suporte teórico para um processo revolucionário que buscava libertar a maioria do povo das garras de uma elite que concentrava o poder econômico e político nacional. E reside justamente aí a inovação que Chávez atribui ao personagem já há muito utilizado pelos governantes: Bolívar seria o justificador de uma ruptura social na Venezuela, um embate entre os desfavorecidos e os que monopolizavam as riquezas e o comando do país.

A Revolução Bolivariana

Com a vitória de Hugo Chávez nas eleições de 1997, iniciou-se na Venezuela um modelo de governo que defendeu medidas de caráter reformista, consolidadas em grande parte com a aprovação da nova constituição, que entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2000. Tratava-se do início da “Revolução Bolivariana”: segundo a equipe de governo chavista, o novo governo seria parte de um processo

revolucionário, que visava romper definitivamente com o modelo político-econômico anterior.

Chávez defendeu que as mudanças teriam como base, em grande parte, os ideais de Simón Bolívar, considerando o Libertador mais do que um personagem histórico atrelado a um passado glorioso. Para o novo presidente, Bolívar seria um dos maiores teóricos políticos latino-americanos e um marco na luta pela hegemonia e soberania nacional. Chávez entendia o momento de sua ascensão como semelhante ao momento colonial, quando os interesses de uma pequena elite bloqueavam a liberdade da massa, e, portanto, defendia o resgate das ideias do principal herói da independência e sua inserção no cenário atual.

Dessa forma, Chávez buscou reconstruir a imagem do Libertador como inspiração para os preceitos de seu governo revolucionário, defendendo a ideia de um Bolívar democrático, popular e nacionalista, que empenhou sua vida na luta por uma Venezuela livre e igualitária e que, por isso, deveria ter os ideais resgatados na nova conjuntura em questão. Com base nessa visão, o ex-presidente construiu em seu discurso uma realidade dicotômica da Venezuela, na qual os apoiadores da Revolução Bolivariana seriam os novos “Patriotas” (em referência aos que lutavam pela independência no período colonial) e seus opositores os traidores da pátria.

Em seus discursos, Chávez afirmava a existência de um país em choque entre a oligarquia atrelada ao capital estrangeiro - composta em maioria pela elite petrolífera, pelos detentores dos meios de comunicação privados e pelos antigos governantes do país, alheios aos interesses nacionais - e a grande maioria da população, defasada economicamente e excluída da esfera política e dos direitos sociais básicos.

Estos golpistas, estos apátridas, lo que pretenden es que al pueblo no se le instruya; lo que pretenden es que a los niños y a los jóvenes, sobre todo de los sectores más pobres y de las clases medias, no se les eduque, que no tengan acceso a la educación para que les siga dominante durante 500 años más. ¡Lo juro que no van a lograr! Llamo a Venezuela toda a ponerse de pie, unida, a defender la educación, que es a defender la vida de Republica (FRÍAS, 2003, p. 55).

Ao sustentar em seus discursos a existência de tal realidade dicotômica (povo x oligarquia) e ao entender que a Venezuela já havia experimentado esse embate em

seu período colonial, tendo sido liberta pelo comando de Bolívar, Chávez contribuiu para a construção de sua própria representação como novo líder militar que conduziria a Venezuela à essa segunda independência. Dessa forma, o presidente e sua equipe de governo se empenharam na construção da ideia de que Chávez seria a personificação do processo revolucionário, herdando a espada de Bolívar. Pode-se verificar tais tentativas através de obras que tratam da relação entre as figuras de Chávez e Bolívar, como os livros *Chávez Nuestro* e *Historia de la Revolución Bolivariana*, ambos publicados em 2004, marcados pela exaltação à bravura e ao espírito de liderança de Chávez e pela aproximação de sua revolução com as lutas de Bolívar.

Apesar de defender a pertinência das ideias políticas de Bolívar nesse novo contexto histórico, lançando inclusive obras que relacionam seu projeto de governo com os ideais bolivaristas, o que se observa é que na maioria das alocações destinadas à grande massa Chávez utiliza as referências ao Libertador através de um caráter muito mais mítico do que prático. Chávez parece optar em seus grandes discursos pela utilização de referências a Bolívar carregadas de entusiasmo, dando preferência a passagens muito mais reflexivas do Libertador do que a escritos de cunho propriamente político.

Pode-se imaginar que o ambiente dos grandes discursos não seja propício a um debate mais profundo sobre os aspectos políticos de sua doutrina. Geralmente marcado pelo entusiasmo e pela emoção que caracterizam os grandes encontros políticos, é compreensível que a retórica acabe tornando-se mais importante em tais ocasiões do que a exposição mais sistemática de uma agenda política. Em obra que discute a construção discursiva do povo brasileiro, por exemplo, a autora Maria Emília Lima chama atenção para alguns aspectos que compõe o discurso político. Além das condições sócio-históricas de produção, a historiadora alerta ainda para a importância de se levar em consideração os destinatários de tal discurso, já que toda alocação é “destinada a um outro específico” (LIMA, 1990, p. 24).

Dessa forma, a tendência em se criar um Bolívar revolucionário, que vá de encontro aos anseios da grande massa, parece se aproximar muito mais do *protobolivarianismo* que marcou o imaginário popular nos tempos da Guerra Federal, o qual se baseava em uma memória oral e repleta de componentes místicos a

respeito do Libertador, do que do personagem quase fossilizado patrocinado pelo Estado-nação. (FERREIRA, 2006, p. 96).

A grande maioria dos governos recorreu a Bolívar apenas como um símbolo da grandeza venezuelana, do passado glorioso de seu povo, sem, no entanto, fazer uma relação direta entre os problemas nacionais e os ideais do Libertador. Bolívar era indiscutível por si só, um símbolo da unidade nacional que não necessitava de justificativa, tornando-se “uma imagem descarnada, uma efígie reverenciada como instituição inquestionável da organização social” (FERREIRA, 2006, p.172). No governo Chávez há a proposta do resgate de Bolívar em vista de sua função prática, por conta de seus ideais de liberdade e igualdade e por seu exemplo na utilização prática de tais valores, de forma semelhante à apropriação radical presente entre as camadas populares no pós-independência (que se apropriavam de Bolívar como justificador de revoltas que reivindicavam medidas como o fim da escravidão e melhores condições de vida aos camponeses).

Apesar da defesa de tal praticidade e pertinência dos ideais do Libertador, a forma como Chávez utiliza as referências a Bolívar em suas falas se aproximam muito mais do tratamento dado a um ser metafísico do que a um personagem histórico. O ex-presidente sugere a existência de, muito além de um herói e teórico político, um ser sobre-humano, cujo espírito se faz presente no coração de cada um dos que lutam pela libertação da pátria venezuelana, como afirmou em 2002 ao dizer que: “Bolívar hoy no es un hombre, Bolívar hoy es un pueblo, Bolívar hoy es una idea; Bolívar es un sueño, Bolívar es un pueblo”(FRÍAS, 2005 - 2002, p. 408). Parte da adesão que o discurso de Chávez tem de grande parcela da população venezuelana parece estar diretamente relacionada com tal caráter mítico atribuído ao Libertador e com a constância que seu nome é evocado em tais discursos.

A recorrência com que Bolívar aparece nas falas de Chávez não significa, contudo, que o ex-presidente utilize um vasto repertório de citações sobre tal personagem em seus discursos políticos. As referências são muitas vezes repetitivas e encaixadas em sua fala conforme a conveniência, promovendo recortes que deturpam as palavras de seu contexto original. A força do uso de Bolívar na oratória chavista, portanto, parece estar relacionada muito mais à sua amplitude retórica, carregada de apelo emotivo e grau de misticismo consideráveis, do que à historicização de seus

ideais.

Observa-se, portanto, que, apesar de Chávez justificar que “el nombre de Bolivariana no fue sólo como una bandera efectista para utilizar el nombre de Bolívar” (FRÍAS, 2005 - 2001, p. 165) o uso prático das referências ao Libertador em seus discursos parece se aproximar muito mais de uma estratégia retórica do que propriamente de uma discussão em torno da possibilidade de utilização política de seus ideais no presente, ao menos no que diz respeito às falas direcionados à grande massa. O teor das citações e os contextos nos quais as mesmas são encaixadas revelam um uso das palavras de Bolívar mais voltado para a comoção popular do que propriamente para uma exposição acerca da influência prática do herói nacional em seu modelo de gestão.

Se Chávez inovou no sentido de construir o discurso oficial a partir do uso de Bolívar como o justificador de uma revolução, o presidente pareceu manter a tradição ao insistir na apropriação do personagem de forma isenta de problematizações e muitas vezes anacrônica. Ao representar Bolívar como um líder popular, empenhado na defesa dos valores de igualdade e justiça social, Chávez não considerou interpretações contrárias – as quais tratam o Libertador como ator político que, em seu contexto, defendeu a alternância de poder entre a Coroa Espanhola e a elite crioula, por exemplo - e descartou fontes produzidas pelo próprio Bolívar cujas ideias se chocavam com tal representação.

Considerações finais

Por mais que Chávez defendesse a pertinência dos ideais de Bolívar em sua conjuntura histórica de governo, observa-se em seus discursos um uso muito mais mítico do que prático das referências ao Libertador. E grande parte das críticas dos opositoristas figura, justamente, em considerar Chávez como um populista (no sentido mais pejorativo que o termo possa ter) que fez uso de Bolívar como espécie de marketing político, não havendo um real projeto de governo inspirado em seus ideais.

Apesar de atribuir a Bolívar função política de destaque - a ponto de incluí-lo no próprio nome do país, o qual a partir da promulgação da nova constituição passou a

chamar-se República Bolivariana da Venezuela - observa-se que Chávez, apesar da nova roupagem oferecida ao herói nacional e de um discurso que defenda a pertinência de seus ideais no panorama atual, parece se utilizar de Bolívar (pelo menos nos discursos destinados à grande massa) como um recurso de inegável eficiência para buscar legitimidade e adesão popular em seu governo.

Chávez apresenta as referências ao Libertador a partir de visões que despertem um sentimento de participação na população, passando a ideia de Bolívar como um personagem de ideais revolucionários, empenhado em implementar os valores democráticos na sociedade da época, mas que no entanto viu os frutos de sua luta se perderem por conta das traições de que foi vítima. Ao dar a vida pela defesa da Venezuela, Bolívar se torna um exemplo de perseverança e martírio, no qual a população deveria se espelhar nesse novo contexto de libertação. Nesse sentido, Bolívar pode ser apresentado como herói, mas também como uma espécie de profeta do destino americano. É ao mesmo tempo revolucionário e vítima, morrendo pela defesa dos seus ideais. Bolívar pode se enquadrar em diferentes categorias, desde que a menção a seu nome se encaixe no contexto pretendido e sirva como motor da comoção popular.

Referências bibliográficas

ARENAS, Nelly. CALCAÑO, Luis Gómez. Los círculos bolivarianos: El mito de la unidad del pueblo. **América Latina Hoy**. Salamanca: 2005.

BÁEZ, Luis; ELIZALDE, Rosa Miriam. **Chávez Nuestro**. La Habana: Abril, 2004.

BALANDIER, Georges. Mitos Políticos de Colonização e Descolonização. In: **As Dinâmicas Sociais**. São Paulo: Difel, 1976.

BLANCO-FOMBONA, Rufino. O idealismo internacionalista de Bolívar. **A Manhã**. Rio de Janeiro: 29/10/1944. Suplemento Pensamento da América.

CARRERA-DAMAS, Germán. **El culto a Bolívar**. Caracas: Biblioteca de la Universidad Central de Venezuela, 1973.

CASSIRER, Ernst. **El mito del Estado**. Ciudad de México: Fondo de Cultura Económica, 1997.

EL TROUDI, Haiman; BONILLA-MOLINA, Luis. **Historia de la Revolución Bolivariana: pequeña Crónica 1940- 2004**. Caracas: Gato Negro, 2004.

FERREIRA, Carla Cecília Campos. **Ideologia bolivariana: as apropriações do legado de Simón Bolívar em uma experiência de povo em armas na Venezuela. O caso da Guerra Federal (1859-1863)**. Porto Alegre: UFRS, 2006.

FREDRIGO, Fabiana de Souza. **Guerras e Escritas: a correspondência de Simón Bolívar (1799-1830)**. São Paulo: UNESP, 2010.

FRÍAS, Hugo Chávez. **El golpe fascista contra Venezuela: “aquí está en juego la vida y la patria”**. La Habana: Plaza, 2003.

_____. **1999: año de la refundación de la republica**. Caracas: Presidencia de la Republica, 2005.

_____. **2000: año de la relegitimación de poderes**. Caracas: Presidencia de la Republica, 2005.

_____. **2001: año de las leyes habilitantes**. Caracas: Presidencia de la Republica, 2005.

_____. **2002: año de la resistencia antiimperialista**. Caracas: Presidencia de la Republica, 2005.

GIRARDET, Raoul. **Mitos e mitologias políticas**. São Paulo: Companhia das letras, 1987.

LIMA, Maria Emilia A. T. **A construção discursiva do povo brasileiro: Os discursos de Primeiro de Maio de Getúlio Vargas**. Campinas: Unicamp, 1990.

RÉMOND, René. **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1996.

ROSANVALLON, Pierre. **Por uma história do político**. São Paulo: Alameda, 2010.

UCHOA, Pablo. **Venezuela:** a encruzilhada de Hugo Chávez. São Paulo: Globo, 2000.